

Justiça em

ano VI - outubro 2012 - número 31



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo



CEUNI

**Como a Central de Mandados Unificada
tem revolucionado o trabalho de centenas de
oficiais na Justiça Federal**

NESTA EDIÇÃO

ACESSO À INFORMAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

PERFIL REGIONAL DE SÃO CARLOS

PROCESSO DISCIPLINAR ADMINISTRATIVO



Dia do Servidor

No próximo dia 28 de outubro celebra-se mais um Dia do Servidor Público. Quero aproveitar esta oportunidade para agradecer a todos que contribuem para uma Justiça Federal cada vez mais eficiente e próxima do cidadão, seja na linha de frente dos processos judiciais, atendendo ao público nos balcões das secretarias e auxiliando os juízes, seja nos bastidores da administração, dando suporte para que tudo funcione da maneira mais perfeita possível.

Nesta edição da Justiça em Revista trazemos alguns exemplos de como o esforço dos servidores faz a diferença. Como matéria de capa, apresentamos a Central de Mandados Unificada – CEUNI, demonstrando a importância deste setor para o trabalho dos oficiais de justiça, essenciais na complexa engrenagem que é o Poder Judiciário. Por outro lado, mostramos como é simples fazer da Justiça Federal um órgão sustentável que respeita a natureza. Iniciativas de servidores e gestores administrativos demonstram que é possível fazer a diferença, mesmo com pequenas atitudes. São fóruns que adotam medidas visando à economia de gastos com energia elétrica,



água, papel entre outros. Também falamos sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação, já abordada na edição anterior (Justiça em Revista n.º 30) e agora com destaque para a publicidade das decisões judiciais nos meios de comunicação (rádio, jornal, TV, internet).

Outro tema abordado é o esforço da Administração em esclarecer as dúvidas dos servidores sobre o Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Em entrevista exclusiva, as vice-diretoras do Foro, juízas federais Alessandra de Medeiros Reis e Marisa Vasconcelos, falam sobre os cursos e oficinas promovidos pela instituição na

busca de diminuir as dificuldades encontradas nas comissões processantes. Por fim, damos sequência à série de matérias que traça o perfil regional dos fóruns federais, destacando a 15ª Subseção Judiciária localizada no município de São Carlos.

Vale lembrar que o Dia do Servidor é uma data que vai além de uma simples homenagem, é a oportunidade de refletirmos sobre o papel de cada um de nós, agentes públicos a serviço do país. Data que serve para renovar os desafios, buscar melhorias e reconhecimento pelo trabalho prestado. Obrigado a todos e boa leitura!

Ciro Brandani Fonseca
Juiz Federal Diretor do Foro

EXPEDIENTE

Juiz Federal Diretor do Foro
Ciro Brandani Fonseca

Juízes federais vices-diretores do Foro
Alessandra de Medeiros Nogueira Reis (capital)
Marisa Vasconcelos (interior)

Diretoria da Secretaria Administrativa

Núcleo de Comunicação Social
Ricardo Acedo Nabarro (diretor)

Seção de Multimídia e Audiovisual
Gerrinson Rodrigues de Andrade (supervisor)
Elizabeth Branco Pedro
Javã de Carvalho

Seção de Produção de Texto
e Atendimento à Imprensa
Fernando Coleti (supervisor)
Jefferson Messias
Kátia Serafim

Estagiários
Rafaella Rodrigues
Matheus Henrique
Mariana Galdeano

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175

Visite também a versão virtual da revista em
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>



Acesso à Informação	03
Aconteceu	04
Central de Mandados Unificada.....	06
Processo Administrativo Disciplinar.....	08
Sustentabilidade.....	09
Perfil Regional: São Carlos	10
Livros e Memória	11
Imagem da Vez	11

Acesso à Informação: decisões judiciais

Ricardo Acedo Nabarro

Em funcionamento na Justiça Federal de São Paulo há quase 13 anos, a assessoria de imprensa institucional auxilia os juízes no relacionamento com a mídia e proporciona aos jornalistas acesso mais rápido e fácil às decisões judiciais, possibilitando matérias mais completas e com menos erros na publicação. Este serviço, além de ser um apoio importante para a mídia, vai ao encontro da Lei de Acesso à Informação (12.527 de 18 de novembro de 2011).

No seminário "Poder Judiciário e Imprensa: Um Diálogo Aberto", realizado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região em setembro de 2011, o ministro Gilson Dipp lembrou que toda decisão judicial deve ser pública. "A Constituição Federal assegura que a publicidade é a regra, o sigilo é a exceção", afirmou. Em sua opinião, o Poder Judiciário já está estabelecido como fonte de informação de interesse público, com destaque para o papel das assessorias de imprensa que, segundo ele, facilitam o diálogo do Judiciário com a sociedade, dando a ampla publicidade dos casos. "Tenho plena convicção de que o Judiciário e a imprensa são responsáveis pela consolidação do estado de direito".

A falta de conhecimento da população sobre questões relativas ao Poder Judiciário foi mencionada pelo apresentador William Waack, da Rede Globo. "Isso acarreta em dificuldade para a TV transmitir as informações de maneira mais completa", disse no seminário. De acordo com Waack, a relação entre Judiciário e imprensa demanda uma compreensão do fato de que o jornalismo televisivo não trabalha com a imagem que o Poder Judiciário tem de si mesmo, mas com a imagem que o público tem dessa instituição. Dessa forma, o jornalista seria o intérprete da

realidade em nome "dos que não têm voz", em um país integrado pela TV. "Nosso papel essencial é mostrar os direitos dos cidadãos e quando eles são desrespeitados".

Na ocasião, o desembargador federal Vladimir Passos de Freitas destacou que os juízes devem colaborar com a imprensa. "Falar só nos autos é uma visão do passado. Hoje o juiz deve, com discrição, prestar informações e ajudar os profissionais da imprensa que o procuram". Ele explicou, ainda, algumas maneiras de como os magistrados devem agir nesse relacionamento. "O juiz não pode adiantar qualquer julgamento, mas deve atender a imprensa e, na medida do possível, esclarecer dúvidas, fornecer cópia de decisões, procurar a assessoria de imprensa do seu tribunal quando tiver dificuldades, falar de uma maneira clara, simples e em linguagem de fácil compreensão".

Mostrando trabalho

A imagem que a mídia tem sobre o Poder Judiciário está diretamente associada à forma como juízes e servidores se relacionam com a imprensa. Pequenas atitudes podem fazer uma grande diferença. Por exemplo: se para um jornalista o processo está "parado" na Justiça há tempos, é dever da instituição informar os motivos dessa demora no julgamento. Caso contrário, a expressão "parado na Justiça" será, certamente, divulgada pela imprensa.

Da mesma maneira, quando as decisões judiciais com algum tipo de interesse social (*) são divulgadas pela instituição, essa imagem negativa tende a se inverter. Assuntos que seriam ignorados pela imprensa (pela simples falta de conhecimento do jornalista) acabam vindo à tona e, assim, a sociedade passa a conhecer o trabalho que é realizado pela Justiça Federal. Por isso, a publicidade das decisões judiciais não deve ficar restrita ao Diário Oficial. Basta observar a repercussão da imprensa com alguns dos casos divulgados pelo site da instituição (www.jfsp.jus.br em "últimas notícias").

A ideia de que a Justiça é "lenta", "complicada" e "injusta" pode, pouco a pouco, ser alterada, e a melhor maneira disso acontecer é repassando a informação através dos canais oficiais existentes.

(*) Alguns exemplos de decisões judiciais que despertam interesse: condenações contra pessoas públicas (políticos/banqueiros/artistas etc.); questões sobre o meio ambiente, portos/aeroportos, telefonia, desapropriações, reintegração de posse, aposentadoria, saúde, regulamentação do trânsito, tráfico de drogas, corrupção praticada por agentes públicos, operações da polícia federal entre outros.

O que a Assessoria de Imprensa faz:

- Atende aos pedidos dos jornalistas por telefone, e-mail e pessoalmente, esclarecendo as dúvidas mais comuns (confirma teor das decisões, andamento do processo, nome do juiz, vara etc.)
- Elabora releases (sínteses) de decisões judiciais, destacando os argumentos do juiz
- Disponibiliza o release no site com a íntegra da decisão anexa
- Envia a informação por e-mail para os principais jornais, revistas e canais de televisão (mais de mil endereços)
- Agenda entrevistas e faz o acompanhamento quando necessário
- Atende e checka as informações com a rapidez exigida pela imprensa
- Divulga notas de esclarecimento



Foto: ACOM-TRF-3

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – Foi inaugurada no dia 29/6, a Central de Conciliação em São José dos Campos, localizada no Fórum da Justiça Federal, na rua Dr. Tertuliano Delphim Junior, n.º 522. A cidade é a sexta no estado a receber o setor de conciliação.

Foi um prazer contar com sua participação no evento Parceiros de Visão de 2011. Sua presença trouxe brilho à nossa festa!

Marco Aurelio de Mello Castrianni
Justiça Federal de São Paulo Sexta Vara Criminal

JF/SP É HOMENAGEADA – A 6ª Vara Federal Criminal em São Paulo participou da 13ª edição do evento “Parceiros de Visão”, realizado pela Fundação Dorina Nowill, responsável por promover a inclusão social de pessoas com deficiência visual. A participação da Justiça Federal consistiu na destinação de R\$ 27.727,96, provenientes de um leilão judicial e de delação premiada, que foram utilizados na aquisição de um veículo para a Fundação. Em destaque o juiz federal Marco Aurelio Castrianni (à direita) no dia do evento.



Foto: NUAR Santo André

CAMPANHA – A Campanha Solidária de Agasalhos 2012 da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo contou com a colaboração de todas as subseções judiciárias. Só na capital, incluindo a participação do Fórum Federal em Guarulhos, foram recebidas 714 peças de roupas além da quantia de R\$ 3.501,80 destinada à compra de cobertores. No destaque, representantes das instituições Lar Menino Jesus e Instituição Assistencial Nosso Lar recebem as doações no Fórum Federal em Santo André.



Foto: ACOM-TRF-3

GUARULHOS – Aconteceu no dia 27/7 a inauguração da Central de Conciliação da Subseção Judiciária em Guarulhos que atende também as cidades de Arujá, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Mairiporã, Poá e Santa Isabel. Ela está localizada no Fórum Federal em Guarulhos, na Avenida Salgado Filho, 2050 – Jardim Maia.



BRIGADA DE INCÊNDIO – Servidores e funcionários terceirizados da Subseção Judiciária em Piracicaba participaram nos dias 21 e 22/8 do treinamento de “Brigada de Incêndio”, ministrado pelo 1º Tenente Alexandre Garcia Vieira, comandante dos Postos de Bombeiros do município. O curso visa à formação e a reciclagem da equipe da brigada de incêndio em edificações e áreas de risco.



CURSO ABORDA OS CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO

– Foi realizado no auditório do Juizado Especial Federal em São Paulo em 27/8 o curso “Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e Lavagem de Capitais”, promovido pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores da Justiça Federal e ministrado pelos juízes federais Márcio Ferro Catapani e Marcelo Costenaro Cavali (fotos), substitutos da 2ª e 6ª Vara Federal Criminal em São Paulo/SP, respectivamente.



CURSO DE PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

– Começou no dia 21/8 o curso de “Processo Judicial Tributário”, ministrado e coordenado pelo juiz federal Paulo César Conrado (foto), titular da 12ª Vara de Execuções Fiscais em São Paulo/SP. Os encontros acontecem até dezembro no auditório do Fórum de Execuções Fiscais em São Paulo e é transmitido por videoconferência para as outras subseções judiciárias.

PDG – Teve início no dia 29/8 o curso “Desafios da Liderança” para a primeira das quatro turmas de servidores gestores da Grande São Paulo, Itapeva, Jundiaí e Registro em continuidade ao Programa de Desenvolvimento.

RECICLAGEM – A Justiça Federal em São Paulo deu início dia 21/8 à destinação de cerca de 20 toneladas de papéis recicláveis para a Cooperativa Regional de Coleta Seletiva e Reciclagem da Região Oeste (Cooperação). Ao todo, foram publicados 11 editais de autos findos e outros inúmeros documentos administrativos dos fóruns federais da capital, que também foram encaminhados para destruição.



CARAGUATATUBA

– Foi realizada no dia 5/9 a solenidade de alteração da 1ª Vara-Gabinete para a 1ª Vara Federal Mista em Caraguatatuba/SP, no Fórum Federal da cidade. A vara vai agilizar o julgamento dos processos federais na região, beneficiando a população dos municípios de Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba. Entre as autoridades presentes, estavam o diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo, juiz federal Ciro Brandani Fonseca, e o diretor da Subseção Judiciária de Caraguatatuba, juiz federal Ricardo Nascimento (foto).



Assista também as reportagens em vídeo, no endereço: www.jfsp.jus.br/podcasting/

Central de Mandados Unificada: rapidez e eficiência

Fernando Coleti

Imagine que você seja um oficial de justiça e precise ir à casa de um réu fazer uma intimação. Chegando lá, você encontra na porta, tocando a campainha, dois colegas oficiais de justiça de outras varas. Estão intimando a mesma pessoa, um réu conhecido da Justiça Federal, que responde a vários processos. Os três realizam a intimação e cada um segue para uma nova diligência. Há alguns anos, essa cena era comum acontecer.

Com o objetivo de racionalizar os serviços prestados pelos oficiais de justiça da capital, foi criada, por meio da Resolução n.º 367 de 2009, a Central de Mandados Unificada – a CEUNI, que passou a concentrar a execução dos serviços até então prestados pelas centrais de mandados dos Fóruns Cível, de Execuções Fiscais e Previdenciário. Em fevereiro deste ano, o Fórum Criminal também passou a fazer parte da CEUNI.

“A ideia que se tinha em princípio era a de concentrar, num único setor, todos os oficiais de justiça atuantes na capital, de modo a otimizar o desempenho de suas atividades, o que é muito razoável se considerarmos as dimensões territoriais da cidade de São Paulo e a complexidade de locomoção”, afirmou o juiz federal Paulo César Conrado, corregedor da CEUNI.



Como funciona

A Central de Mandados Unificada é, basicamente, dividida em uma “área-meio”, composta por servidores que cuidam de todo o trânsito do mandado, desde sua recepção até sua devolução ao juízo de origem; e uma “área-fim”, que são os próprios oficiais de justiça.

O trâmite do mandado se inicia com sua expedição pelas varas, por meio de um sistema, onde recebe uma numeração e um código de barras. Em seguida, é feita uma guia de remessa e encaminhado, por malote, para a CEUNI.

Ao chegar na Central, todos os envelopes são

abertos, recebidos no sistema e é feita uma distribuição para os oficiais de justiça, de acordo com o CEP que consta no mandado. Cada oficial de justiça é responsável por uma área específica.

Obviamente, em algumas localidades a demanda de mandados é muito maior devido à grande densidade demográfica. Para não sobrecarregar o oficial que atua nessas áreas, é feito um controle de incidência e disponibilizada uma maior quantidade de oficiais. “De três em três meses fazemos um estudo por área, para determinar a quantidade de oficiais que atuarão”, afirma Adriana Faro de Oliveira, diretora da CEUNI.

Além dos mandados regulares, há também os expedientes urgentes, como alvarás de soltura. “Nesses casos, a vara entra em contato com a Central, avisa que será expedido um alvará de soltura, providenciamos então a retirada do alvará no fórum e o oficial de justiça que estiver de plantão vai imediatamente cumprir”, diz Adriana de Oliveira.

O plantão dos oficiais de justiça é dividido em dez turmas. A cada 15 dias, uma turma comparece à Central para fazer a carga dos mandados relativos à sua área e cumprir os expedientes urgentes. No momento, a CEUNI conta o trabalho de 207 executores de mandado.

Dentro da CEUNI, há uma seção chamada CECAP, que funciona da mesma maneira, mas cuida das cartas precatórias de mera ciência ou intimações simples, que não têm necessidade de serem distribuídas a uma vara.

Objetivos alcançados

“Estamos conseguindo dar maior celeridade aos cumprimentos dos expedientes processados, bem como aprimorando, em termos qualitativos, a atividade desempenhada pelos oficiais de justiça”, garante Paulo Conrado.

Dentre os fóruns que compõem a CEUNI, o maior usuário da Central é o Fórum de Execuções Fiscais, em virtude da gigantesca quantidade de mandados expedidos por suas varas, por conta da matéria tratada. “Antes da instalação da Central, as varas de Execuções Fiscais eram as que tinham os maiores atrasos nos cumprimentos dos mandados, devido a sua enorme demanda. Hoje, a realidade é outra: os atrasos foram significativamente reduzidos”, garante Paulo Conrado, que também atua como juiz titular da 12ª Vara de Execuções Fiscais.

O trabalho da CEUNI foi reconhecido logo em seu primeiro ano de existência. Ela foi incluída no Instituto Innovare, uma associação que premia boas práticas na pesquisa e modernização da Justiça brasileira.



Fórum Criminal – novo desafio

Embora a CEUNI tenha sido criada em 2009, foi apenas em fevereiro deste ano que o Fórum Criminal passou a compor a Central. “Ainda vivemos, nesse aspecto, aquele sentimento típico dos momentos de implantação: uma pequena insegurança, um certo desconforto com o ‘novo’”, afirma Paulo Conrado.

“Ao contrário de outros fóruns, o Criminal nunca teve uma central de mandados interna. Por isso, há uma necessidade maior de adaptação por parte dos servidores das varas, que tiveram de alterar os métodos de expedição de mandados”, explica Adriana de Oliveira.

A diretora da CEUNI acrescenta que as pessoas devem pensar na Justiça Federal como um todo. “Não adiantaria um dos fóruns estar perfeitamente em ordem e todos os outros sobrecarregados. Então, havendo uma unificação, os processos andam muito mais rapidamente e quem ganha é o jurisdicionado”. Adriana garante que, no momento, “o objetivo é atender o Fórum Criminal de uma maneira que eles também fiquem satisfeitos”.

Anualmente, milhares de processos judiciais se iniciam em todo o Brasil. Com isso, são necessárias novas ideias e métodos de trabalho para dar conta de toda a demanda. Justiça boa é uma Justiça rápida e eficiente.

OFICIAIS DE JUSTIÇA E A CEUNI

A Justiça em Revista conversou com as oficiais de justiça Raquel Furlan e Fernanda Tiomno que contaram suas rotinas na Central de Mandados.

Dia a dia

Raquel: Nosso dia a dia hoje é organizado. Há uma divisão do trabalho e os mandados são devolvidos rapidamente.

Fernanda: Cada oficial tem sua rotina diferente porque isso varia muito de área para área. O horário de trabalho é muito relativo. Trabalhamos muitas vezes nos finais de semana, pois nem sempre conseguimos encontrar as pessoas em casa nos horários comerciais. Então temos que ir num sábado, domingo ou feriado. Não temos uma rotina de horário igual a de um servidor que trabalha internamente.

Antes e depois

Raquel: Hoje meu trabalho é mais tranquilo. No Fórum Criminal, onde trabalhava, éramos em cinco oficiais na vara. Eu andava pela cidade inteira. A dinâmica de trabalho não rendia. Para cumprir um mandado, eu levava quase metade do dia para chegar ao local. Em uma cidade como São Paulo essa dinâmica não é aplicável nem racional. Então a Central veio e fez essa organização das áreas.

Fernanda: Antes, os oficiais trabalhavam vinculados às varas e tinham que dividir a capital inteira entre quatro ou cinco oficiais. Às vezes, no mesmo dia tinha que ir ao extremo sul da cidade e depois ao extremo leste. Ou seja, era uma coisa pouco funcional. Já cheguei a encontrar outros oficiais no mesmo prédio em que eu estava diligenciando, o que era uma coisa desnecessária, pois uma só pessoa poderia fazer o trabalho.

Peculiaridades de cada área

Fernanda: A minha área, por exemplo, é a Vila Leopoldina, onde há muitas empresas e indústrias. Lá se encontra o Ceagesp, que tem as suas peculiaridades. Às vezes, tenho que trabalhar de madrugada. Outro exemplo são os oficiais que atuam em locais de favela. Eles têm um horário mais restrito e não podem trabalhar à noite, porque é mais perigoso.

Esclarecendo Dúvidas

Raquel: Cada matéria tem suas peculiaridades porque tem normas distintas e prazos diferenciados. Mas a gente tem um apoio muito bom do administrativo e contamos bastante com o coleguismo entre os oficiais. Se há dificuldade em uma diligência, um ajuda ao outro, trocamos ideias e experiências. Quando surge alguma dúvida, tentamos esclarecer com algum outro colega que já tenha passado pela situação. E se a dúvida persistir, nós fazemos uma consulta, por meio do juiz corregedor, com a vara que expediu o mandado.

Processo Disciplinar Administrativo

Jefferson Messias

Um assunto difícil, até então pouco discutido no âmbito da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo, mas que nos últimos meses tem sido tema de treinamentos, palestras e oficinas: trata-se do Processo Administrativo Disciplinar - PAD. Devido à necessidade de serem esclarecidas dúvidas dos servidores que fazem parte das comissões processantes, a Diretoria do Foro tem realizado treinamentos específicos sobre esse tema para que as sindicâncias sejam conduzidas de forma correta, levando em conta o cuidado com os envolvidos e com o bem público. Para falar sobre o assunto, a **Justiça em Revista** conversou com as juízas federais vice-diretoras do Foro, Marisa Vasconcelos e Alessandra de Medeiros Nogueira Reis, responsáveis por cuidar dos PADs e por atuarem como autoridades julgadoras no âmbito da Seção Judiciária em São Paulo.

1) Qual é o objetivo que se pretende alcançar tratando dos PADs?

Marisa Vasconcelos: Nosso foco é o treinamento do servidor. Ao cuidarmos desse assunto, os principais problemas encontrados foram a falta de comunicação e a falta de conhecimento de alguns servidores que fazem parte das comissões processantes. Nossa preocupação é promover um melhor diálogo, debatendo os aspectos relacionados aos PADs e dando mais apoio e segurança àqueles que são indicados para compor uma comissão. Além disso, temos atuado para que seja garantida a proteção dos direitos daqueles que estão sendo julgados, como o contraditório e a ampla defesa. O acusado deve ter resguardado o direito de se defender e de apresentar suas alegações, como num verdadeiro processo judicial.

2) Como surgiu a ideia de abordar um tema delicado como o Processo Administrativo Disciplinar?

Alessandra Reis: Ao iniciarmos o trabalho na vice-diretoria do Foro, recebemos uma série de e-mails dos membros das comissões que tinham dúvidas sobre este assunto. Percebemos então que era preciso realizar um treinamento para esclarecer essas questões. Os servidores estavam enfrentando algumas dificuldades até mesmo por não estarem acostumados aos procedimentos da comissão e por não ser uma atribuição própria do seu trabalho diário. Sentimos que essa era uma lacuna que precisava ser preenchida.

3) Quais pontos podem ser melhorados?

Marisa Vasconcelos: Esses treinamentos podem ajudar na condução mais célere dos processos, a fim de que sejam concluídos dentro dos prazos previstos em lei. Como as comissões são formadas por servidores que trabalham em varas federais, juizados e setores administrativos, é necessário que eles se dividam entre sua atuação na comissão e o trabalho que têm de realizar nas varas onde estão lotados. Em algumas situações o servidor não consegue equilibrar o seu tempo, fazendo com que os prazos da comissão sejam extrapolados. A proposta do curso e da prática realizada nas oficinas é dar mais suporte aos participantes para que os PADs ocorram com mais celeridade e para que haja menos alterações na comissão.

Foto: NUCS



juízas federais Marisa Vasconcelos e Alessandra Reis

4) Que orientações podem ser dadas a um servidor que já participa ou venha a participar de uma comissão processante?

Alessandra Reis: Os servidores devem aprender o máximo possível sobre a legislação relativa aos PADs, os procedimentos da comissão e principalmente ter em mente os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. É claro que, de início, participar de uma comissão que julgará um colega pode parecer algo difícil e constrangedor. Porém essa é uma exigência legal, um ônus que temos de cumprir. Por outro lado, a possibilidade dada pela lei de permitir que um servidor

seja julgado por uma comissão composta por servidores deve ser visto, na verdade, como algo positivo, um benefício para os envolvidos.

5) Que medidas têm sido realizadas para incentivar a participação dos servidores nas comissões, ou ao menos diminuir o receio que eles têm sobre o tema?

Alessandra Reis: Acreditamos que a principal iniciativa é o esclarecimento. Isso se dá através dos treinamentos e da aproximação com a Diretoria do Foro, para que eles saibam o que é fazer parte de uma comissão.

Marisa Vasconcelos: Os cursos realmente têm um papel fundamental nesse contexto. Através deles mostramos a importância do assunto ao mesmo tempo em que ajudamos os servidores a diminuírem a preocupação e o receio que possam ter. Quando se aprende sobre os PADs também se aprende como tratar a coisa pública e quais são os direitos e deveres dos servidores.

Sustentabilidade ambiental, compromisso de todos

Kátia Serafim

Um novo desafio foi proposto à população mundial: viver sem devastar o meio ambiente. Contudo, para que isso aconteça, é necessário mudar algumas atitudes em prol da preservação dos recursos naturais. Você já mudou algum hábito para dar a sua contribuição por um mundo ecologicamente sustentável?

O debate sobre as questões ambientais tem ganhado força na sociedade brasileira. A expressão "sustentabilidade ambiental" apareceu 825.000 vezes num dos sites de busca mais populares da internet e isso é um indicativo de que aumentou significativamente a preocupação dos brasileiros com a preservação ecológica nos últimos anos. De acordo com a última pesquisa realizada pelo Ibope a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI), 94% das pessoas entrevistadas declararam se preocupar com o meio ambiente, um aumento de 14% comparado à pesquisa realizada em 2010.

Toda essa preocupação com aquecimento global, desmatamento, poluição do ar, rios e mares, reciclagem, desperdício de água e energia elétrica tem mudado a rotina das pessoas. E na Justiça Federal em São Paulo não é diferente. Um exemplo disso é o prédio do Fórum Federal em São José dos Campos, inaugurado em 15/4/2011, onde foi adotado um modelo inteligente de infraestrutura com iluminação natural, reutilização de águas pluviais e acessibilidade.

A conscientização para garantir um mundo ecologicamente preservado às futuras gerações também está presente em iniciativas dos magistrados, servidores e profissionais terceirizados da JF/SP. É o que podemos constatar no Fórum Federal em Bauru, onde aproximadamente 40% das pessoas já trocaram o copo descartável pelo de vidro, além de separarem todo o lixo reciclável.

Já em Piracicaba, é praticada constantemente uma campanha interna com afixação de avisos alertando os servidores daquele Fórum sobre o consumo consciente de energia elétrica, água e papel. Os vigilantes são orientados a desligarem os equipamentos que estiverem ligados durante a ronda noturna e, posteriormente, notificar seus usuários. Com essa medida simples, as contas de energia elétrica alcançaram os critérios exigidos pela concessionária local e o consumo passou a ser tarifado por um valor menor por cada kilowatt/hora utilizado.

Além disso, há o incentivo ao uso da bicicleta como forma de meio de transporte sustentável com a disponibilização do bicicletário dentro das dependências do prédio. Gustavo Geccherle Pereira, diretor do Núcleo de Apoio Regional em Piracicaba, acredita que é preciso mudar os hábitos: "a natureza é implacável e cobra caro pelo uso descontrolado e irracional de seus recursos", afirma.

O Fórum Federal em Araçatuba também dá sua parcela de contribuição. Foram colocados avisos próximos às impressoras para orientar e incentivar o servidor a praticar o consumo consciente de papel com a impressão frente e verso, a reutilização de impressos errôneos como rascunhos e a não impressão de documentos que podem ser lidos na tela do computador. Essas práticas simples estão fazendo toda a diferença: um levantamento anual foi realizado e identificou-se uma diminuição no gasto de papel em 65 mil folhas.

Outra excelente ideia foi colocada em prática em Itapeva. Foi feita uma adaptação para a coleta da água drenada dos aparelhos de ar condicionado para ser utilizada na limpeza do prédio, e o resultado dessa prática foi surpreendentemente: uma redução nos gastos em 65%. Quando houve a inauguração da Subseção Judiciária a estimativa de despesa com o consumo de água era de R\$ 700, sendo que o valor atual está próximo de R\$ 250, considerado baixo para uma área de 3200m². Segundo Marcos Corrêa, diretor do Núcleo de Apoio Regional em Itapeva, "o que para esta geração é sustentabilidade para a próxima poderá ser sobrevivência".

No Fórum Cível da capital foi iniciada, no início deste semestre, uma campanha com foco na conscientização ambiental. As orientações contidas nos cartazes espalhados no interior do prédio recomendam a substituição dos copos descartáveis por garrafinhas de água, a diminuição de gastos com papel utilizando o modo de impressão em frente e verso, uso de fontes de textos mais econômicas, além de orientar e incentivar a reutilização de todo e qualquer material, se assim for possível.

Ações simples e criativas como essas têm mudado as perspectivas do meio ambiente. Mudar hábitos não é fácil, mas todo esforço é válido quando a intenção é preservar os recursos naturais e garantir uma vida melhor às próximas gerações. Faça parte desse grupo, adote também práticas ecológicas.

Coletores para reciclagem no JEF/SP



Foto: NUJCS

São Carlos

Mariana Galdeano

Povoada a partir do final do século XIX, com a abertura de uma trilha para as minas de ouro da região central do país, a cidade de São Carlos cresceu durante a expansão cafeeira, que foi a primeira atividade econômica da região. Em 1884 chegou à cidade uma ferrovia com um sistema mais eficiente para o transporte do café ao porto de Santos, impulsionando o desenvolvimento urbano.

Os lucros do café eram investidos pelos fazendeiros em bancos, companhias de luz e bonde, hospitais, escolas, teatros entre outros. A indústria consolidou-se como principal atividade econômica.

Outro fator que ajudou no crescimento da cidade foi a chegada dos imigrantes, que vieram para trabalhar nas lavouras de café da região. A grande maioria era composta por italianos, o que foi suficiente para que o governo da Itália implantasse um vice-consulado em São Carlos.

Recentemente, devido ao reconhecimento por seus centros de excelência em tecnologia e educação, a cidade recebeu o título de Capital da Tecnologia. As instalações da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), da Universidade de São Paulo (USP) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) demonstram a força econômica das empresas de alta tecnologia e do setor agropecuário na região.

A Justiça Federal

O Fórum Federal em São Carlos é prova disso. Entre os 17.670 processos que lá tramitam (agosto/2012), destacam-se as ações tributárias de importantes grupos econômicos como a Volkswagen, Faber Castell, Eletrolux, TAM dentre outros.

Implantada em 3 de dezembro de 1998 pelo desembargador federal Jorge Scartezini, com uma área construída de 1.600 m², a 1ª Vara Federal iniciou seus trabalhos com 444 processos. Atualmente o maior número de feitos distribuídos são de cunho previdenciário e de execuções fiscais.

Em 7 de março de 2005 ocorreu a implantação

da 2ª Vara Federal e do Juizado Especial Federal pela desembargadora federal Anna Maria Pimentel, levando a um aumento significativo do número de feitos.

Atualmente, a 15ª Subseção Judiciária conta com cinco magistrados, 56 servidores, 19 estagiários e 30 profissionais terceirizados e tem como diretor o juiz federal Alexandre Berzosa Saliba.

Para Eduardo Manelli Rizzoli, diretor do Núcleo de Apoio Regional, o trabalho na Subseção é desenvolvido de "forma intensa, em razão do número de feitos atualmente distribuídos e em tramitação", sendo que tanto os servidores, quanto outras pessoas vinculadas à Subseção, "trocaram boas práticas e experiências a fim de aprimorem os trabalhos". De acordo com ele, essa rotina ajuda na melhoria do clima organizacional da Vara.

Ao todo, doze municípios compõem a Subseção Judiciária: Brotas, Descalvado, Dourado, Ibaté, Pirassununga, Porto Ferreira, Ribeirão Bonito, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Rita do Passa Quatro, São Carlos e Tambaú – considerando Varas e JEF – o que totaliza 530.363 habitantes.

Quando questionado sobre a importância do Fórum para a região, o juiz diretor Alexandre Berzosa Saliba declara que o Brasil "ainda é caracterizado pela má distribuição de renda. Tal mácula possui reflexos diretos em relação à distribuição de justiça. Nesse contexto, a importância da presença da Justiça Federal para a região é que seu papel está diretamente ligado à concretização dos preceitos constitucionais, bem assim ao controle da aplicação da lei". Alexandre defende a ideia de que o Judiciário Federal "possui destaque fundamental na concretização da cidadania, posto que garante aos jurisdicionados a efetividade da justiça".

Segundo o juiz, no dia 19 de junho a Justiça Federal recebeu doação de um terreno destinado à construção da sede própria em São Carlos. "Melhores condições de trabalho, com reflexos na prestação jurisdicional, esse é o resultado que passamos a nos concentrar", completa Alexandre.





Sinval Antunes de Souza

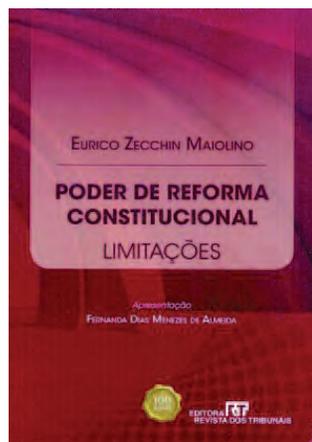
Nascido em Guararapes, interior de São Paulo, obteve o bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de Bauru. Foi deputado estadual nas legislaturas de 1963 a 1967 e 1967 a 1971. Foi professor adjunto de Direito Penal na FMU. Em 1984, ingressou como juiz federal por meio de concurso público. Foi diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo no período compreendido entre maio de 1989 e maio de 1991. Em 1992, toma posse como desembargador federal no TRF-3, integrando a Primeira Turma. Aposentou-se em 1998, ano de seu falecimento. Dá nome ao Juizado Especial Federal Cível de Andradina, inaugurado em 2009.

Fonte: Núcleo de Gestão Documental e Memória

LIVROS

“Poder de Reforma Constitucional - Limitações”

Autor: Eurico Zecchin Maiolino



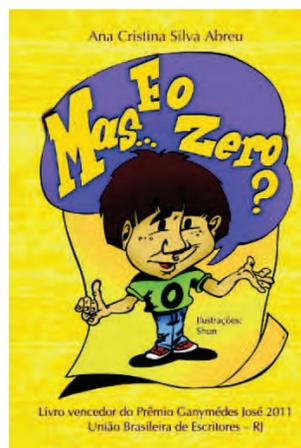
A análise do Poder de Reforma Constitucional não pode prescindir de sua correta inserção na teoria do poder constituinte. A obra, partindo do exame do movimento constitucionalista e das doutrinas contratualistas, transita pelo direito constitucional e pela ciência política, para expor a natureza do poder de reforma constitucional, sua distinção em relação

ao poder constituinte, titularidade e limitações, tratando, ainda, com minudência, de todas as formas de limitações apresentadas pela doutrina.

Magistrados e servidores podem enviar suas fotos para publicação na Revista pelo endereço: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br. As imagens deverão conter ou transmitir uma história, mensagem ou uma dica de viagem, e deverão ser de autoria do remetente e possuir boa resolução e qualidade fotográfica, com uma pequena frase explicativa.

“Mas... e o zero?”

Autora: Ana Cristina Silva Abreu



“Em uma das muitas tardes chuvosas e caóticas de São Paulo, Lucas vê-se sozinho em casa e com uma missão: descobrir a origem do número “zero”. Em meio a relâmpagos, trovões e alguns sustos, ele vai descobrir que passado e presente podem se misturar quando intrigantes personagens começam a saltar de dentro dos livros, do computador e da televisão para auxiliá-lo em sua pesquisa”. O livro, da

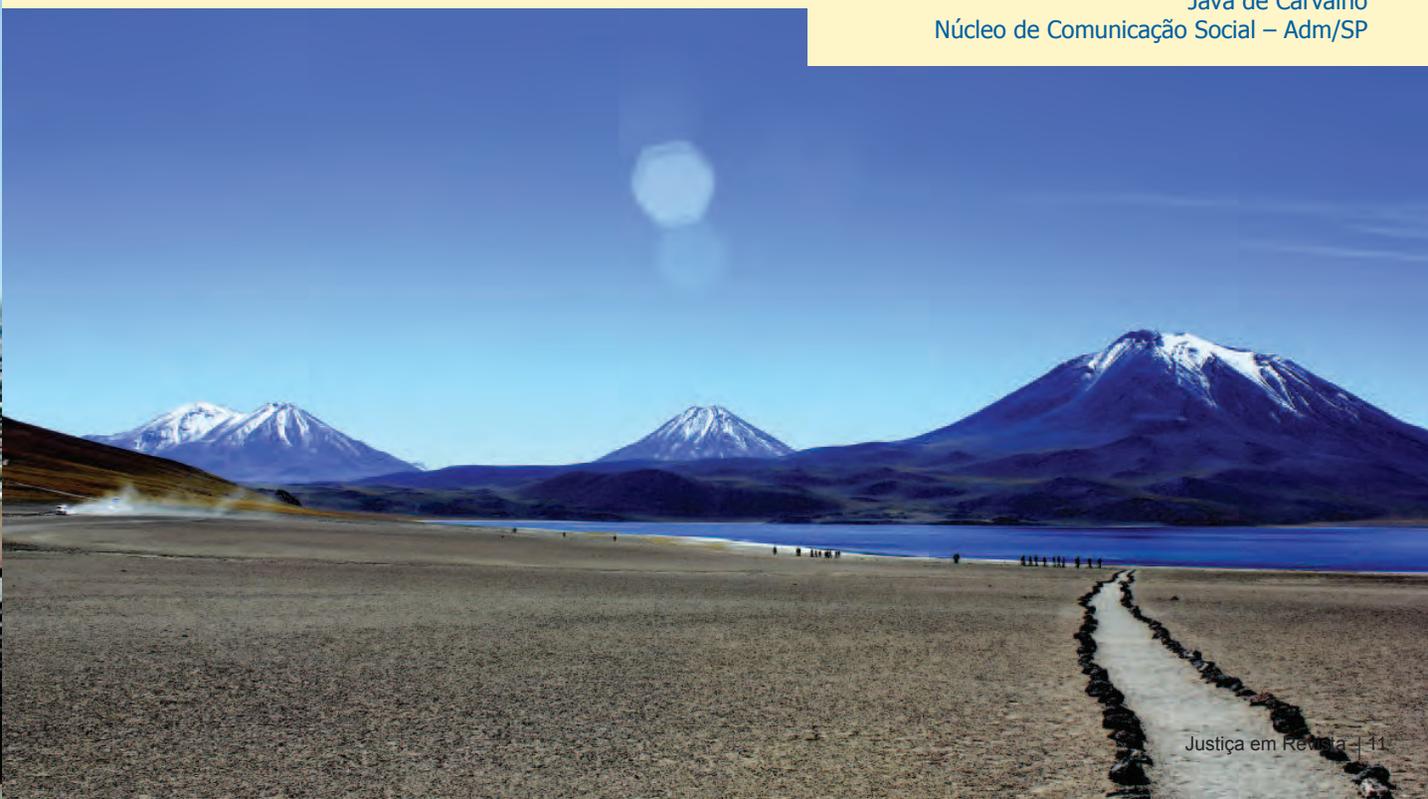
servidora Ana Cristina Abreu, venceu o Prêmio Ganymedes José 2011, na categoria infanto-juvenil.

IMAGEM DA VEZ

“Laguna Altiplânica Miñisque, Atacama, Chile. Maravilha da natureza a 4200m de altitude.”

Javã de Carvalho

Núcleo de Comunicação Social – Adm/SP



28 de outubro

Dia do Servidor Público



Aquele cujo trabalho
é tornar o seu país mais justo.



JUSTIÇA FEDERAL